

**RESENHA**

LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Orgs.) *Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006, 213 p.

### FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

Profa. Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Faculdade de Ciências Humanas – Rod. Dourados-Itahum, Km 12 - Caixa Postal 533-  
Dourados – MS – CEP 79804-970  
flaviana.nunes@ufgd.edu.br

Nos últimos anos, a chamada Educação Ambiental ou o conjunto de atividades assim denominadas adquiriu grande destaque em todas as instâncias da sociedade, bem como passou a integrar os planejamentos escolares e ações de professores nos diferentes níveis de ensino. No entanto, vários autores apontam a necessidade de reflexão sobre essa questão na medida em que grande parte das concepções de Educação Ambiental apresenta problemas, incoerências e mesmo ingenuidade.

Tendo em vista esta preocupação, os textos que compõem o livro *Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental* apontam a necessidade de fortalecer uma Educação Ambiental crítica, que enfrente as armadilhas conceituais, introduzindo o tema da complexidade como estruturante.

No primeiro capítulo denominado “Armadilha paradigmática na educação ambiental”, Mauro Guimarães defende que a Educação Ambiental para ser crítica precisa desvelar as causas dos problemas ambientais, questionando a visão de mundo historicamente construída e seus paradigmas que entendem a natureza como recurso. Para o autor, a crise ambiental é a crise de um modelo de sociedade e atualmente desenvolve-se uma educação ambiental que não contesta o paradigma da sociedade moderna e isso, em sua opinião, é uma armadilha:

A visão ingênua, presa à armadilha paradigmática, tende à reprodução das práticas educativas consolidadas; como por exemplo, a da educação comportamentalista que acredita que dando (transmitindo) ao indivíduo (educando) os conhecimentos (aspecto cognitivo) necessários e ainda provocando nele uma sensibilização (aspecto afetivo) pela questão ambiental, o indivíduo pode transformar seu comportamento incorreto e que, se assim for, ao final teremos como resultado da soma destes indivíduos transformados uma sociedade transformada. (...)

Para o autor, o paradigma da complexidade permite uma outra compreensão e ação sobre o meio ambiente, refletindo e contribuindo no processo de transformação das relações entre seres humanos em sociedade e com a natureza.

No capítulo 2 “Dilemas de uma educação em tempo de crise”, Jean-Pierre Leroy e Tânia Pacheco, a partir da contextualização dos principais problemas do mundo atual, trabalham em torno dos desafios da Educação Ambiental destacando sete principais: 1) transformar a cultura e a concepção de mundo para mudar as relações com a natureza e com o planeta; 2) enfrentar os atuais padrões de produção e consumo insustentáveis; 3) humanizar o território; 4) inserir o trabalho na perspectiva da construção de um projeto de futuro para a humanidade e o planeta; 5) repensar o tempo e o espaço; 6) ética, visão de mundo e direitos humanos e ambientais; 7) a democracia. Os autores concluem suas idéias afirmando que:

(...) A verdadeira educação ambiental deve ter como preocupação proteger não só as águas, o ar, as florestas, a flora, a fauna, mas, também os homens e as mulheres que, muitas vezes exatamente por reunirem todas as características que os tornam mais suscetíveis à injustiça ambiental – miséria, pobreza, situação de risco em todos os sentidos, principalmente falta de (in)formação e ignorância – tornam-se, ao mesmo tempo, vítimas e algozes de seu entorno. (Leroy e Pacheco, 2006, p. 68-69)

Philippe Pomier Layrargues em “Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social” (capítulo 3) afirma que se tem colocado a questão ambiental fora do terreno político, reduzindo-a apenas a mudança de comportamento. Para o autor, a questão central não é uma mudança na relação dos indivíduos com a natureza, mas dos indivíduos entre si. No seu entendimento, a concepção de Educação Ambiental que se tornou hegemônica, sobretudo nos espaços centrais do sistema capitalista, tem como tarefa prioritária a promoção de uma mudança cultural como contribuição da educação para a reversão da crise ambiental. No entanto, adverte que se deve lembrar também do aspecto material que envolve essa questão, na medida em que *“(...) é o trabalho, juntamente com a cultura, que compõe o diálogo entre o plano material e o plano simbólico quanto aos determinantes da crise ambiental, rompendo assim a perspectiva reducionista do pós-materialismo que minimiza a importância da base material da crise ambiental. (...)”* (Layrargues, 2006, p. 79)

Para o autor, a categoria trabalho como mediadora da relação do ser humano com a natureza fornece meios para que o exame das relações produtivas e mercantis revele as singularidades dos atores sociais, desconstruindo a idéia do “homem genérico e abstrato” como causador dos problemas ambientais. Neste sentido, aponta que a Educação Ambiental tem relação com a mudança social e não somente

cultural, pois só é possível proteger a natureza se simultaneamente se transformar a sociedade, ou seja, à consciência ecológica deve-se aliar a consciência política.

No capítulo 4 “Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental”, Carlos Frederico B. Loureiro procura problematizar e refletir sobre a Educação Ambiental atualmente desenvolvida. O autor mostra “(...) *exemplos de reducionismos e dualismos observados no escopo da educação ambiental, procurando contribuir numa perspectiva complexa e emancipatória (...)*” (Loureiro, 2006, p. 114)

Além disso, discute algumas categorias conceituais tais como: racionalidade/sensibilidade, humanismo/antropocentrismo, totalidade/holismo, conflito/harmonia as quais considera fundamentais nas formulações teórico-metodológicas em educação ambiental e à ação política dos educadores ambientais. As questões abordadas nesta discussão sinalizam, no entender do autor, para os aspectos centrais de propostas interdisciplinares e emancipatórias de educação ambiental, favorecendo o diálogo, a práxis e a integração entre saberes e ciências distintas, saindo do generalismo alienante.

Luiz Antonio Ferraro Junior em “Recifes, arquipélagos, faróis e portos: navegando no oceano de incertezas da educação ambiental” (capítulo 5) procura refletir sobre o papel que cabe à educação ambiental na transformação socioambiental. Para isso, utiliza-se de uma metáfora proposta por Edgar Morin e tenta “instalar faróis nos recifes perigosos e nos arquipélagos orientadores à navegação”. Os recifes são entendidos como fenômenos que comprometem a educação ambiental crítica e emancipatória.

No entendimento do autor, são recifes: a psicologização (práticas que ignoram a construção social e histórica da realidade e empurram a questão ambiental para dentro do indivíduo); prescrição (processos de disponibilização de informação de cunho mandatário ou doutrinário sobre questões relativas ao meio ambiente com tratamento emocional manipulativo e convidam a uma adesão subordinada); preconceito (estímulo a atitudes e/ou pensamentos neomalthusianos, preconceituosos ou até ecofacistas); redução (resumir a noção de ambiente aos recursos e resíduos da produção e do consumo); ausência de interpretação (mergulho na complexidade enquanto parte dela e não como observador); convalidação (legitimação da ordem estabelecida pelo mercado e pelo Estado). Já os arquipélagos são as “comunidades interpretativas” que devem ser formadas pelas ilhas da dialética, hermenêutica e complexidade. Os portos (locais de apoio à navegação crítica e emancipatória) são a alteridade/solidariedade; a emancipação; a diversidade e transcendência e a racionalidade ambiental.

No sexto e último capítulo “Cognição, dialética e educação ambiental”, Ronaldo Souza de Castro e Renato José de Oliveira procuram esclarecer que a visão apoiada na complexidade, seguindo a tradição moriniana, necessita não só

de um processo cognitivo laborioso e progressivo como também do desenvolvimento de uma dialética argumentativa. Para desenvolver essa discussão, os autores fundamentam-se na teoria piagetiana para evidenciar que são necessários processos mentais complexos para se ter essa visão, assim como se assimilar conceitos presentes na educação ambiental. Apóiam-se na visão da dialética como processo argumentativo que visa chegar a conclusões plausíveis sobre os problemas postos em exame e trazem as contribuições de Bachelard sobre a natureza do trabalho científico, buscando articulá-las com as considerações de Piaget sobre os processos cognitivos.

Os autores, concluem que: *"(...) para o sujeito construir adequadamente conceitos (...) esses amplamente divulgados em textos sobre educação ambiental, necessário se faz a construção de um pensamento dialetizante, no sentido exposto, através de um processo cognitivo lento, laborioso e estruturante, que requer estruturas cognitivas formais para sua conceituação adequada."* (Castro e Oliveira, 2006, p. 209-210)

Independentemente do viés teórico-metodológico assumido pelos autores em relação à complexidade, os textos têm o mérito de chamar a atenção e contribuir sobremaneira para uma reflexão menos ingênua e mais aprofundada teoricamente sobre a educação ambiental. Desta forma, constitui-se uma leitura interessante para os geógrafos que desejam trabalhar a educação ambiental para além do pedagógico em si.